

**CONCURSO PÚBLICO PARA
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO
Edital nº 337/2019**

Cargo: Administrador

NÍVEL: E

Código: 101

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato – parte integrante do Edital – subitem 18.2

1. Verifique se recebeu o **Caderno de Questões**, o **Cartão de Respostas**.
2. Confira se o **Caderno de Questões** é referente ao cargo ao qual está concorrendo. Verifique se constam deste **Caderno**, de forma legível, 65 (sessenta e cinco) questões objetivas, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Será eliminado do Concurso o candidato que realizar prova para um cargo diferente do qual concorre.
3. Verifique se seus dados conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**, caso contrário notifique imediatamente ao Fiscal. Leia atentamente as instruções contidas neles.
4. Cada questão objetiva proposta apresenta 5 (cinco) opções de respostas, sendo apenas uma correta.
5. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á pontuação zero a toda questão sem opção assinalada ou com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
6. Sob pena de eliminação do Concurso, não faça qualquer registro que possa identificá-lo. Da mesma forma não é permitido que você faça uso de instrumentos auxiliares para cálculos e desenhos, ou porte qualquer dispositivo eletrônico, inclusive telefone celular, que sirva de consulta ou de comunicação.
7. O tempo para realização da Prova Objetiva é de no mínimo **uma hora e trinta minutos** e no máximo **quatro horas**. Os candidatos poderão levar o **Caderno de Questões**, faltando, no máximo, uma hora para o término da prova.
8. Para preencher o **Cartão de Respostas**, use apenas caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
9. Ao término da prova, entregue ao Fiscal o **Caderno de Questões** e o **Cartão de Respostas** assinado. A não entrega do **Cartão de Respostas**, implicará na sua eliminação do Concurso.

**FRASE A SER TRANSCRITA PARA O CARTÃO DE RESPOSTAS NO
QUADRO “EXAME GRAFOTÉCNICO”**

Sorte é o que acontece quando a preparação encontra a oportunidade.

Sêneca

Parte I: Língua Portuguesa

Texto 1

O escritor-funcionário Marco Antonio Rodrigues

“O birô marcou-me”.
(Cyro dos Anjos, *A menina do sobrado*)

- Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia. Nos termos de Antonio Candido (1987, p.163), a criação literária tem como condição necessária uma carga de liberdade extraordinária, que transcende as nossas servidões. Por que andam tão juntas, então, a literatura e a servidão burocrática? Talvez por uma negar a outra e por se afirmarem mutuamente, por contraste. Ou então por a criação ficcional estar muitas vezes associada à experiência de vida dos criadores, experiência esta frequentemente vinculada ao trabalho burocrático nas repartições públicas.
- “Estou farto do lirismo comedido/ do lirismo bem comportado/ Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor”, sintetiza Manuel Bandeira, em sua famosa “Poética”. O “lirismo funcionário público”, que normatiza, formata e conforma a experiência, é o que o poeta recusa e achincha. A este se opõe “o lirismo dos loucos/ O lirismo dos bêbedos/ O lirismo difícil e pungente dos bêbedos/ O lirismo dos clowns de Shakespeare”. E, no entanto, quantos de nossos poetas e prosadores não teriam concebido e rematado suas obras nos *bureaus* de alguma repartição pública, escrevendo no verso de papel timbrado? (...)
- No caso específico do Brasil, o vínculo dos escritores com o serviço público foi tão evidente, a ponto de motivar um de seus mais ilustres representantes, Carlos Drummond de Andrade, a qualificar a literatura brasileira como uma “literatura de funcionários públicos” (ANDRADE, 1952, p. 113). Na crônica de nome sugestivo – “A rotina e a quimera” – Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de “quimeras pessoais”, e o status dessa figura no contexto da sociedade brasileira. O atrativo da condição funcionária estaria na mediania socioeconômica que o literato encontra no serviço público e que lhe possibilita exercer, sem grandes percalços, a sua necessidade criadora. Protegido pela organização burocrática, encontraria espaço para criar e retribuir à sociedade com a sua criação. Em defesa desses argumentos, Drummond apresenta uma extensa lista de

- 50 literatos-funcionários, muitos dos quais de lembrança hoje obscura, outros bem mais conhecidos, como Gonçalves Dias, Raul Pompéia, José Veríssimo, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Gonzaga Duque e Lima Barreto. A lista exemplificaria, ainda que de improviso, o que as letras nacionais devem à burocracia, e como esta se engrandece com aquelas. (ANDRADE, 1952, p. 113 – 114)

Fonte: Rodrigues, Marco Antonio. *Contos da vida burocrática: o funcionário público na narrativa curta de ficção brasileira*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira). Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília. p.31-32 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22054/1/2015_MarcoAntonioRodrigues.pdf. Acesso em: 29 fev. 2020.

01 Em relação ao título do texto – “O escritor-funcionário” – é certo dizer que

- (A) “escritor” determina “funcionário”.
- (B) “funcionário” atribui uma característica a “escritor”.
- (C) “escritor” e “funcionário” são qualificados pelo artigo.
- (D) “funcionário” torna impreciso o sentido de “escritor”.
- (E) “escritor” delimita o alcance semântico de “funcionário”.

02 *Birô*, aportuguesamento da forma francesa *bureau*, significa, dentre outras possibilidades, *escrivania*, ou, por extensão, o *espaço ocupado por um funcionário em uma repartição ou escritório*, ou ainda a própria *repartição*. A epígrafe “O birô marcou-me”, atribuída a Cyro do Anjos, se refere especificamente à seguinte ideia contida no texto:

- (A) “Estou farto do lirismo comedido/ Do lirismo funcionário público com livro de ponto expediente protocolo e manifestações de apreço ao Sr. diretor...” (linhas 15-18)
- (B) “Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia.” (linhas 1-3)
- (C) “...a criação ficcional estar muitas vezes associada à experiência de vida dos criadores, experiência esta frequentemente vinculada ao trabalho burocrático nas repartições públicas.” (linhas 10-14)
- (D) “Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de ‘quimeras pessoais...’” (linhas 37-40)
- (E) “A lista exemplificaria, ainda que de improviso, o que as letras nacionais devem à burocracia, e como esta se engrandece com aquelas.” (linhas 55-58)

03 O conectivo sublinhado em “Fosse definida não pelo que a constitui, mas pelo que a contradiz, a literatura seria uma forma de oposto, de negação à burocracia.” (linhas 1-3), veicula ideia de

- (A) retificação.
- (B) contradição.
- (C) proporcionalidade.
- (D) consecução.
- (E) concessão.

04 “Nos termos de Antonio Candido (1987, p.163), a criação literária tem como condição necessária uma carga de liberdade extraordinária, que transcende as nossas servidões.” (linhas 3-7)

O pronome relativo, acima sublinhado, é uma forma gramatical coesiva que se refere, no enunciado em questão, à seguinte expressão:

- (A) a criação literária.
- (B) condição necessária.
- (C) as nossas servidões.
- (D) os termos de Antonio Cândido.
- (E) uma carga de liberdade extraordinária.

05 No segundo parágrafo, exemplifica-se a citação, que é um dos recursos textuais característicos

- (A) do ato injuntivo.
- (B) do discurso interlocutivo.
- (C) da função metalinguística.
- (D) da heterogeneidade enunciativa.
- (E) da situação comunicativa.

06 “No caso específico do Brasil, o vínculo dos escritores com o serviço público foi tão evidente, a ponto de motivar um de seus mais ilustres representantes, Carlos Drummond de Andrade, a qualificar a literatura brasileira como uma ‘literatura de funcionários públicos’”. (linhas 30-35)

O par correlativo “tão... a ponto de” configura uma relação semântica

- (A) superlativa.
- (B) aditiva.
- (C) consecutiva.
- (D) proporcional.
- (E) alternativa.

07 Na crônica de nome sugestivo – “A rotina e a quimera” – Drummond discute a má fama do literato-funcionário, que desperdiçava o tempo reservado aos interesses da nação no trato de “quimeras pessoais”, e o *status* dessa figura no contexto da sociedade brasileira. (linhas 36-41)

No título da crônica citada, “rotina” e “quimera” remetem, respectivamente,

- (A) à organização burocrática do serviço público e à transcendência literária.
- (B) ao lirismo comedido e ao lirismo difícil e pungente dos bêbedos.
- (C) ao atrativo da condição funcionária e ao lirismo dos loucos.
- (D) à formatação da experiência e à lembrança obscura de literatos.
- (E) à literatura de funcionários públicos e à má fama do literato-funcionário.

Texto 2

A rotina e a quimera

Carlos Drummond de Andrade (1948)

Sempre se falou mal de funcionários, inclusive dos que passam a hora do expediente escrevendo literatura. Não sei se esse tipo de burocrata-escritor existe ainda. A racionalização do serviço público, ou o esforço por essa racionalização, trouxe modificações sensíveis ao ambiente de nossas repartições, e é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho. Sem embargo, não se terão estiolado de todo, tão forte é, no escritor, a necessidade de exprimir-se, dentro ou fora da rotina que lhe é imposta. Se não escrever no espaço de tempo destinado à produção de ofícios, escreverá na hora do sono ou da comida, escreverá debaixo do chuveiro, na fila, ao sol, escreverá até sem papel – no interior do próprio cérebro, como poetas prisioneiros da última guerra, que voltaram ao soneto como uma forma que por si mesma grava na memória.

O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, este determina aquele. O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga, e essa é condição ideal para bom número de espíritos: certa mediania que elimina os cuidados imediatos, porém não abre perspectiva de ócio absoluto. O indivíduo tem apenas a calma necessária para refletir na mediocridade de uma vida que não conhece a fome e nem o fausto: sente o peso dos

regulamentos, que lhe compete observar ou fazer observar; o papel barra-lhe a vista dos objetos naturais, como uma cortina parda. É então que intervém a imaginação criadora, para fazer desse papel precisamente o veículo de fuga, sorte de tapete mágico, em que o funcionário embarca, arrebatando consigo a doce ou amarga invenção, que irá maravilhar outros indivíduos, igualmente prisioneiros de outras rotinas, por este vasto mundo de obrigações não escolhidas.

Disponível em: <https://sibila.com.br/critica/a-rotina-e-a-quimera-quase-toda-literatura-brasileira-e-literatura-de-funcionarios-publicos/10677>. Acesso em: 29 fev. 2020.
Fragmento.

08 Carlos Drummond de Andrade, um dos maiores nomes da Literatura Brasileira, explica, no fragmento em tela, o motivo pelo qual o burocrata-escritor passa “a hora do expediente escrevendo literatura”:

- (A) “que voltaram ao soneto como uma forma que por si mesma grava na memória”. (linhas 19-21)
- (B) “as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho”. (linhas 8-10)
- (C) “O emprego do Estado concede com que viver de ordinário sem folga”. (linhas 24-25)
- (D) “tão forte é, no escritor, a necessidade de exprimir-se, dentro ou fora da rotina que lhe é imposta”. (linhas 11-14)
- (E) “Não sei se esse tipo de burocrata-escritor existe ainda.” (linhas 3-4)

09 “O certo é que um e outro são inseparáveis, ou antes, este determina aquele.” Os termos sublinhados se referem, respectivamente, a:

- (A) Rotina, quimera, rotina, quimera.
- (B) Serviço público, quimera, quimera, serviço público.
- (C) Serviço público, escritor, burocrata, serviço público.
- (D) Rotina, quimera, escritor, burocrata.
- (E) Burocrata, escritor, escritor, burocrata.

10 “...é de crer que as vocações literárias manifestadas à sombra de processos se hajam ressentido desses novos métodos de trabalho.” (linhas 7-10) O plural da forma do verbo haver sublinhada se justifica por

- (A) ter sido flexionada no subjuntivo.
- (B) ser auxiliar na locução “hajam ressentido”.
- (C) concordar com o sujeito “processos”.
- (D) substituir “existir” em textos formais.
- (E) estar empregado em uma oração subordinada.

11 “Sem embargo, não se terão estiolado de todo...” O conector sublinhado tem o mesmo sentido de

- (A) com certeza.
- (B) outrossim.
- (C) porquanto.
- (D) apesar disso.
- (E) tão somente.

Leia a explicação e o excerto a seguir para responder às questões **12 a 15**.

No OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 2/2019/CGCAR ASSES/CGCAR/DESEN/SGP/SEDGG-ME*, expedido pelo Ministério da Economia, em 18 de junho de 2019, aos Dirigentes de Gestão de Pessoas dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, acerca da Uniformização de entendimentos acerca de comprovação de titulação para o pagamento da Gratificação de Incentivo à Qualificação ou Retribuição por Titulação, lê-se o seguinte no corpo do texto:

Senhores Dirigentes,

1. Com o objetivo de informar entendimento no âmbito desta Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal (SGP), especificamente acerca da comprovação de titulação para fins de recebimento de Incentivo à Qualificação ou Retribuição por Titulação, comunico, para ampla divulgação, o teor do novo Parecer nº 00001/2019/CPASP/CGU/AGU, de 27 de fevereiro de 2019, proferido pela Comissão Permanente de Assuntos de Servidor Público da Consultoria-Geral da União (CPASP/CGU).
2. No referido Parecer, aprovado pelo Consultor-Geral da União, por meio do Despacho nº 00351/2019/GAB/CGU/AGU, e pelo Advogado-Geral da União, por meio do Despacho nº 00351/2019/GAB/CGU/AGU, concluiu-se que “o atendimento a todos os requisitos exigidos no procedimento de titulação e aos pressupostos

legais de funcionamento regular do curso, atestado pelos órgãos competentes, qualifica o servidor para requerer o pagamento da gratificação de incentivo à qualificação/retribuição por titulação por comprovante provisório equivalente (ex: certidão ou ata de defesa de banca de pós-graduação, da qual conste não haver mais pendências para aquisição do título)".

3. Nesse sentido, este órgão central do SIPEC passa a adotar os seguintes entendimentos acerca do pagamento de Incentivo à Qualificação e Retribuição por Titulação:

a) a apresentação de documento formal expedido pela instituição de ensino responsável que declare expressamente a conclusão efetiva de curso reconhecido pelo MEC, a aprovação do interessado e a inexistência de qualquer pendência para a aquisição da titulação, qualifica o servidor para requerer o pagamento de Incentivo à Qualificação ou de Retribuição por Titulação;

b) a fim de resguardar a Administração Pública, deverá ser apresentado, juntamente ao requerimento para pagamento dessa gratificação, comprovante de início de expedição e registro do respectivo certificado ou diploma; e

c) o termo inicial de pagamento das gratificações por titulação se dará a partir da data de apresentação do respectivo requerimento, desde que sejam atendidas todas as condições Ofício Circular 2 (2588866) SEI 00407.009994/2017-11 / pg. 1 exigidas.

4. A partir desta data, ficam revogadas as disposições da Nota Técnica nº 24195/2018-MP, de 23 de outubro de 2018, e do Ofício-Circular nº 818/2016-MP, de 9 de dezembro de 2016.

* Disponível em: <https://dafdc.ufsc.br/files/2019/07/Of%C3%ADcio-.Circular-SEI-n%C2%BA-2-2019.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

12 Em relação ao texto desse Ofício, é correto afirmar que as expressões “no referido parecer” e “nesse sentido”, que iniciam os parágrafos 2 e 3, são

- (A) anafóricas e proporcionam a coesão desses parágrafos com, respectivamente, a introdução e o desenvolvimento do ofício.
- (B) remissivas e indicam, ambas, a paráfrase do conteúdo do Parecer que é, especificamente, tema do ofício em tela.
- (C) dêiticas e introduzem, progressivamente, o encaminhamento de documentos específicos por meio do ofício.
- (D) conectoras e organizam, detalhadamente, o comentário a respeito do documento encaminhado pelo ofício.

(E) prospectivas e iniciam, antecipadamente, a conclusão sobre a posição do enunciador sobre o assunto do ofício.

13 O uso das aspas no 2º parágrafo se justifica por indicar

- (A) discurso indireto.
- (B) plágio.
- (C) citação.
- (D) paródia.
- (E) reelaboração.

14 Em “o termo inicial de pagamento das gratificações por titulação se dará a partir da data de apresentação do respectivo requerimento, desde que sejam atendidas todas as condições Ofício Circular 2 (2588866) SEI 00407.009994/2017-11 / pg. 1 exigidas”, a expressão sublinhada indica:

- (A) Tempo
- (B) Condição
- (C) Conclusão
- (D) Causa
- (E) Finalidade

15 Em “Nesse sentido, este órgão central do SIPEC...” (parágrafo 3), a opção pelo pronomes demonstrativo se deve ao fato de “este”

- (A) referir-se à segunda pessoa do discurso.
- (B) apontar para o âmbito do enunciado anterior.
- (C) ser elemento anafórico.
- (D) configurar uma catáfora.
- (E) apresentar-se como dêitico.

Parte II: Noções Básicas de Administração Pública

16 Segundo a Lei nº 8.112/90, a idade mínima para investidura em cargo público é:

- (A) 18 (dezoito) anos de idade.
- (B) 21 (vinte e um) anos de idade.
- (C) 24 (vinte e quatro) anos de idade.
- (D) 25 (vinte e cinco) anos de idade.
- (E) 30 (trinta) anos de idade.

17 Com relação à POSSE do servidor público federal em cargo de provimento efetivo, é correto afirmar que a POSSE

- (A) é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público.
- (B) ocorrerá no prazo de 15 dias, contados da publicação do ato de provimento.
- (C) não tem prazo para ocorrer.
- (D) não depende de prévia inspeção médica oficial.
- (E) poderá dar-se mediante procuração específica.

18 De acordo com o Estatuto do Servidor Público Federal (Lei nº 8.112/90), o servidor que praticar ato de improbidade administrativa sofrerá a penalidade disciplinar de

- (A) advertência.
- (B) suspensão.
- (C) multa.
- (D) demissão.
- (E) destituição de função comissionada.

19 A responsabilidade administrativa do servidor público federal será afastada no caso de absolvição criminal

- (A) por crime de homicídio.
- (B) por crime de estupro.
- (C) por crime de injúria.
- (D) que tenha se baseado na falta de provas.
- (E) que negue a existência do fato ou sua autoria.

20 A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor público federal que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Nesse contexto, a AJUDA DE CUSTO tem natureza de:

- (A) Adicional
- (B) Indenização
- (C) Gratificação
- (D) 13º salário
- (E) Taxa judiciária

21 O funcionário público que se apropria de dinheiro público de que tem a posse em razão do cargo, comete crime de

- (A) roubo.
- (B) estupro.
- (C) peculato.
- (D) homicídio.
- (E) abandono de função.

22 Segundo disposição expressa da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), a conduta de frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade administrativa que

- (A) causa prejuízo ao erário.
- (B) importa enriquecimento ilícito.
- (C) atenta contra os princípios da administração pública.
- (D) decorre de concessão devida de benefícios tributários.
- (E) não merece nenhuma punição.

23 A acumulação remunerada de cargos públicos é proibida pela Constituição Federal. No entanto, se observados a compatibilidade de horários e o teto constitucional de remuneração, a própria Carta Magna prevê exceções, como, por exemplo, a possibilidade de acumulação de

- (A) três cargos de professor.
- (B) dois cargos de professor.
- (C) um cargo de professor com dois cargos de fiscal de tributos.
- (D) um cargo de profissional de saúde com dois cargos de fiscal de tributos.
- (E) dois cargos de profissionais de saúde com um cargo de professor.

24 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Com relação ao voto, é correto que dizer que ele

- (A) possui valor igual para todos.
- (B) obedece ao sufrágio censitário.
- (C) é proibido aos maiores de 70 anos de idade.
- (D) é obrigatório às pessoas com 16 anos de idade.
- (E) só pode ser exercido pelos maiores de 35 anos de idade.

25 São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Porém, o servidor público estável perderá o cargo se condenado em

- (A) processo judicial, com sentença judicial transitada em julgado.
- (B) processo judicial em que ainda caiba recurso.
- (C) processo administrativo, no qual normalmente não cabe contraditório e ampla defesa.
- (D) processo administrativo por dívida tributária.
- (E) primeira instância, na avaliação especial de desempenho, sem a necessidade de advogado.

26 Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- (A) Terão prioridade na tramitação os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa entre 40 e 50 anos de idade.
- (B) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (C) Os atos administrativos que decidam recursos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- (D) A administração não pode anular seus próprios atos, mesmo quando eivados de vício de legalidade.
- (E) O recurso administrativo será conhecido e julgado, ainda que interposto fora do prazo.

27 A ética pode incidir para alterar as regras morais enraizadas na sociedade através da avaliação que faz de valores morais até então estabelecidos. Por exemplo, a escravidão, que há alguns anos era moralmente aceita, hoje, com louvor, já não mais o é. Isto demonstra como a crítica e a reflexão éticas auxiliam a(o)

- (A) exclusão das palavras em latim do vocabulário cotidiano.
- (B) elaboração de leis a favor do servidor público.
- (C) criação de crimes com penas mais elevadas.
- (D) redução do estudo dos direitos humanos.
- (E) desenvolvimento moral da sociedade.

28 O princípio expresso da Administração pública que objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica, é o princípio da(o)

- (A) jurisprudência.
- (B) impessoalidade.
- (C) modicidade.
- (D) publicidade.
- (E) insegurança jurídica.

29 Analise os seguintes itens:

- I A remuneração do servidor público é custeada pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos, até por ele próprio, e por isso se exige, como contrapartida, que a moralidade administrativa se integre no Direito, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade.
- II O trabalho desenvolvido pelo servidor público perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio.
- III A função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional.

Tendo em vista o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é correto dizer que os itens acima são:

Espaço reservado para rascunho

- (A) Sanções civis aplicáveis aos servidores.
- (B) Atos de improbidade administrativa.
- (C) Contravenções penais.
- (D) Regras deontológicas.
- (E) Direitos do servidor.

30 Uma situação proibida ao servidor público federal pelo seu Código de Ética, é

- (A) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para bem servir os administrados.
- (B) divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a existência do Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento.
- (C) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função.
- (D) manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (E) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.

Parte III: Conhecimentos Específicos

31 A administração de materiais envolve diversos processos que vão além das atividades internas da empresa. As tarefas deste tipo de gestão **NÃO** incluem

- (A) identificação de fornecedores.
- (B) seleção de fornecedores.
- (C) análise da demanda.
- (D) encaminhamento de pedidos.
- (E) pagamento a fornecedores gerais.

32 A administração de materiais tem como função principal controlar

- (A) todas as atividades materiais.
- (B) as atividades financeiras.
- (C) os materiais utilizados em sua produção e o patrimônio da empresa.
- (D) os materiais fisicamente expostos à disposição da empresa, sem levar em consideração seus estoques.
- (E) os materiais tão somente pelos recursos da informática.

33 A visão de Fayol sobre as funções básicas da empresa, hoje está ultrapassada. As funções contábeis estão subordinadas às funções

- (A) administrativas.
- (B) gerenciais.
- (C) generalistas.
- (D) financeiras.
- (E) especialistas.

34 A abordagem humanística da teoria organizacional teve início com a experiência de

- (A) Hawthorne.
- (B) just-in-time.
- (C) todos por um e um por todos.
- (D) julgar a máquina mais importante que o homem.
- (E) julgar o homem mais importante que a máquina.

35 A abordagem contingencial da administração, trata

- (A) da junção da produção com a administração para obter lucros.
- (B) do processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos.

(C) do processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar lucros.

(D) do processo que só visa o planejamento.

(E) do processo que só visa o lucro.

36 A administração da produção se utiliza de muitos recursos para chegar a uma atividade coordenada, pois são as pessoas que lidam com todo o processo produtivo. Segundo Chiavenato, a administração da produção

(A) é um conjunto de atividades que permite a conversão de um bem para outro bem.

(B) não necessita de recursos e competências para que os resultados gerados sejam plausíveis.

(C) é uma ferramenta administrativa sem a qual se torna impossível alcançar a eficiência.

(D) é a forma única utilizada para alcançar a eficácia.

(E) é a forma científica para que a organização maximize seus lucros.

37 A área que cuida de todos os estudos e pesquisas sobre a criação, adaptação, melhorias e aprimoramento dos produtos e/ou serviços é conhecida como

(A) desenvolvimento da qualidade.

(B) desenvolvimento da eficácia.

(C) desenvolvimento da eficiência.

(D) desenvolvimento de produtos e serviços.

(E) desenvolvimento da logística.

38 Todo produto possui um ciclo de vida, passando por várias etapas. Uma das opções abaixo possui uma fase não considerada no ciclo de vida do produto:

(A) Introdução

(B) Crescimento

(C) Maturidade

(D) Declínio

(E) Fortalecimento

39 Em uma indústria de roupas os funcionários trabalharam 360 horas para produzir um lote com 132 peças, das quais 52 ficaram defeituosas. Essas peças são vendidas por R\$ 90,00 cada. As outras 80 peças são vendidas por R\$ 200,00 cada.

O valor da relação da produtividade da mão-de-obra nesse processo de fabricação será

- (A) R\$ 77,50
- (B) R\$ 67,00
- (C) R\$ 45,44
- (D) R\$ 57,44
- (E) R\$ 44,44

40 Um dos objetivos do Planejamento e Controle da Produção – PCP é

- (A) produzir mais para lucrar mais.
- (B) assegurar que a utilização da capacidade esteja se coadunando com demanda prevista em todos os momentos.
- (C) assegurar que a utilização da capacidade esteja se coadunando com a oferta prevista em todos os momentos.
- (D) que a organização pode entregar um produto de maneira oportuna e regular.
- (E) reduzir os investimentos em estoques.

41 Temos como conceito de PCP – Planejamento e Controle da Produção, um processo utilizado

- (A) no gerenciamento das atividades de produção.
- (B) na logística dos produtos.
- (C) para controlar os estoques.
- (D) para atender a oferta.
- (E) para atender a produção, os estoques, a logística e a venda dos produtos produzidos.

42 O seu objetivo é planejar e colocar em prática um sistema de informações para a organização com ou sem fins lucrativos. Esse é o objetivo da(das):

- (A) Contabilidade.
- (B) Empresas em geral.
- (C) Administração.
- (D) Área de compras.
- (E) Área de produção.

43 Existe um ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores em suas funções gerenciais. Este ramo é da

- (A) administração financeira.
- (B) contabilidade administrativa.
- (C) contabilidade financeira.
- (D) contabilidade gerencial.
- (E) administração por objetivos.

44 O sistema de informação gerencial a fim de atender seus usuários produz informações para atualizar os seguintes aspectos, **EXCETO**:

- (A) Níveis empresariais.
- (B) Ciclo administrativo.
- (C) Nível de estruturação de informações.
- (D) Administração de recursos humanos.
- (E) Níveis externos à empresa.

45 Para o empreendedor os objetivos básicos de um negócio podem ser expressos em:

- (A) O lucro e o serviço prestado ao cliente.
- (B) A administração do seu negócio visando somente o lucro.
- (C) O lucro, o serviço prestado ao cliente e a oferta de valores econômicos desejados.
- (D) Atender somente aos anseios do empreendedor.
- (E) Na direção, na visão e na missão do negócio.

46 A auditoria de resultados compreende os valores registrados na seguinte demonstração contábil:

- (A) Balanço Patrimonial
- (B) Demonstração do Fluxo de Caixa
- (C) Demonstração do Resultado do Exercício
- (D) Livros Contábeis
- (E) Livro de Apuração do Lucro Real

47 A gestão pública obedece a alguns princípios. Levando em consideração os princípios orçamentários, se tem a

- (A) superestimativa da receita compromete a observância do princípio do equilíbrio.
- (B) publicação de valores globais nos demonstrativos da contabilidade pública fere o princípio da publicidade.
- (C) inclusão das operações de crédito no orçamento foi justificada pelo princípio da unidade.
- (D) existência de fundos permite tornar o orçamento compatível com o princípio da não-vinculação.

(E) superestimativa da receita compromete a observância do princípio da totalidade.

48 A receita orçamentária decorrente de um empréstimo tomado pelo governo é classificada na sub categoria econômica:

- (A) Receita patrimonial.
- (B) Transferência de empréstimo.
- (C) Operações de crédito.
- (D) Amortizações de empréstimos.
- (E) Despesa patrimonial.

49 A despesa orçamentária é constituída por três estágios: empenho, liquidação e pagamento. O estágio da liquidação é aquele em que

- (A) se verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (B) o credor comparece diante do agente pagador, identifica-se, recebe seu crédito e dá a competente quitação.
- (C) é procedida a licitação da despesa com o objetivo de verificar, entre os vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas.
- (D) através de ato emanado de autoridade competente, é criado para o Poder Público uma obrigação de pagamento.
- (E) se verifica o direito adquirido pelo devedor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

50 A CRFB/ 88, em seu artigo 165, nos informa que leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- (A) I – o plano plurianual; II – as diretrizes orçamentárias; III – os orçamentos anuais.
- (B) I- o plano plurianual; II – as diretrizes da educação; III – os orçamentos semestrais.
- (C) I – as orçamentárias; II – as diretrizes sociais; III – os orçamentos trimestrais.
- (D) I – o plano plurianual; II – as diretrizes da infraestrutura; III – os orçamentos anuais.
- (E) I – o plano plurianual; II – as diretrizes do meio ambiente; III – os orçamentos anuais.

51 De acordo com a CRFB/88, a norma que deve dispor sobre finanças públicas e sobre fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, é:

- (A) Lei delegada.
- (B) Resolução do senado federal.
- (C) Resolução da câmara dos deputados.
- (D) Lei complementar.
- (E) Lei ordinária.

52 Quando a CRFB/88, trata de finanças públicas, é vedado (a)

- (A) o início de programas ou projetos incluídos na lei de diretrizes orçamentárias.
- (B) a realização de receita ou assunção de direitos que não excedam os créditos orçamentários.
- (C) a concessão ou utilização de créditos limitados.
- (D) a instituição de fundos de qualquer natureza, com prévia autorização legislativa.
- (E) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

53 Os princípios de rendimentos **NÃO** preconizados por Chiavenato são os seguintes:

- (A) Oferecer orientação e supervisão competentes.
- (B) Impor honestidade nos acordos, ou seja, justiça social no trabalho.
- (C) Manter registros precisos, imediatos e adequados.
- (D) Oferecer remuneração proporcional ao trabalho.
- (E) Fixar normas individualizadas para as condições de trabalho.

54 Para Chiavenato, o conceito de seleção de pessoal em recursos humanos é:

- (A) O homem certo para o cargo certo, visando aumentar a eficácia da organização.
- (B) O homem que tenha condições de desenvolver qualquer trabalho.
- (C) O homem que possa solucionar vários problemas na organização.
- (D) O homem que seja especialista.
- (E) O homem que seja generalista.

55 Entende-se por modelo de gestão de pessoas:

- (A) O desempenho que se espera das pessoas no trabalho.
- (B) O destaque pessoal que cada um tem dentro da estrutura elaborada para o setor de rh da empresa.
- (C) A maneira pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho.
- (D) A forma pela qual a empresa exige a conduta de seu recurso humano.
- (E) A forma pela qual a empresa avalia a conduta do seu recurso humano.

56 Grande parte das organizações promovem o recrutamento interno, que é um processo que ocorre dentro do setor de recursos humanos. Uma das vantagens desse processo é que

- (A) exige potencial desenvolvimento dos funcionários.
- (B) pode gerar conflitos de interesses entre os funcionários.
- (C) oportuniza o cadastramento de candidatos às vagas.
- (D) gera facilidade para os candidatos às vagas.
- (E) gera mais economia para a organização.

57 O plano plurianual (PPA) é um instrumento de planejamento de médio prazo de ações governamentais. Um dos seus objetivos é

- (A) ter vigência no 1º ano de um mandato até o final do 1º ano do mandato seguinte.
- (B) ter vigência ao longo de um período de três anos.
- (C) possibilitar que a alocação de recursos nos orçamentos anuais seja coerente com as diretrizes e metas do plano.
- (D) ter vigência ao longo de um período de dois anos.
- (E) atender as necessidades da coletividade por um período de 360 dias.

58 Nos territórios federais divididos em municípios, a competência para criar impostos estaduais e municipais é, respectivamente,

- (A) do Distrito Federal e dos Estados.
- (B) da União e do Distrito Federal.
- (C) da União e dos Municípios.
- (D) dos Estados e dos Municípios.
- (E) do Território e dos Municípios.

59 A destinação do produto da arrecadação, à luz da CRFB/88, é

- (A) irrelevante.
- (B) relevante, em se tratando de impostos municipais.
- (C) relevante, em se tratando de taxas do poder de polícia.
- (D) relevante, em se tratando de contribuição de melhoria.
- (E) relevante, em se tratando de empréstimo compulsório.

60 O remetente, quanto aos tributos relativos aos bens remidos, é:

- (A) Contribuinte
- (B) Solidariamente responsável
- (C) Substituto tributário
- (D) Terceiro responsável
- (E) Pessoalmente responsável

61 A política fiscal recente caracteriza-se pela

- (A) continuidade da trajetória de redução gradual do déficit primário para o setor público consolidado.
- (B) continuidade da trajetória do aumento gradual do déficit primário para o setor público consolidado.
- (C) continuidade do aumento absurdo da carga tributária.
- (D) descontinuidade do aumento absurdo da carga tributária.
- (E) igualdade das tarifas internacionais, para desenvolver a paridade dos tributos mundiais.

62 A dívida pública líquida tem o seguinte conceito:

- (A) É a dívida do setor público não financeiro e do Banco Central com o sistema financeiro, público e privado, o setor privado não financeiro e o resto do mundo.
- (B) É a dívida pública bruta menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do Banco Central.
- (C) É o somatório de todas as dívidas do país, incluindo a dívida externa.
- (D) É o somatório de todas as dívidas do país, excluindo a dívida externa.
- (E) É o somatório de todas as receitas do país menos o PIB líquido.

63 Com relação à Avaliação de Desempenho dos Sistemas de Informação, ratifique a opção **INCORRETA** que não configura como um dos seus indicadores:

- (A) Satisfação dos usuários.
- (B) Quantidade dos computadores instalados.
- (C) Utilização generalizada.
- (D) Áreas de aplicação.
- (E) Rentabilidade.

64 Baseado no conceito de Sistema de Informação, a opção que **NÃO** configura como um dos seus conceitos característicos é a seguinte:

- (A) O sistema de informação é um conjunto formal de procedimentos, normas e registros para gerar, analisar, armazenar e distribuir as informações às pessoas responsáveis pela tomada de decisões.
- (B) Os três principais papéis dos sistemas de informação envolvem o apoio às operações, à tomada de decisão gerencial e à vantagem estratégica.
- (C) A definição do mix de produtos de cada loja, bem como o layout mais indicado, com apoio da informação também podem ser caminhos importantes para o aumento das vendas e fidelização dos clientes.
- (D) O sistema de informação concede aos gestores um acesso adequado a inúmeras informações para seu desempenho à frente de um negócio ou mesmo de um setor dentro da organização.
- (E) Por mais que os sistemas de informação analisem números, armazenem e recuperem informações, esses sistemas ainda carecem de programação para considerar, fazer deduções e recomendar até determinadas posições possíveis de serem assumidas pelos gerentes.

65 Sobre característica de um sistema de informação gerencial, a opção que **NÃO** se configura como uma das suas possibilidades é:

- (A) O sistema de informação é um conjunto formal de procedimentos, normas e regras.
- (B) A sabedoria é o conjunto de ferramentas conceituais e categorias usadas pelos seres humanos, para criar, coleccionar, armazenar e compartilhar a informação.
- (C) A informação é um dos recursos a serem administrados pela organização.
- (D) O dado pode ter vários formatos.

(E) A etapa inicial de qualquer busca por informações para uma tomada de decisão é a definição do problema decisório a ser enfrentado e que necessita de uma ação por parte do gestor.

